

ATA DA 348ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2012/2014

Aos onze dias do mês de outubro do ano dois mil e treze, na Sala de Reuniões do Edifício Sede, situada na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência do Senhor Primeiro Público-Geral do Estado, Renato Campos Pinto De Vitto. Presentes os (as) Conselheiros (as): Bruno Ricardo Miragaia Souza, Franciane de Fátima Marques, José Moacyr Doretto Nascimento, Juliana Saad, Luciana Zaffalon Leme Cardoso, Luciano Alencar Negrão Caserta, Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva, Marcia Regina Garutti, Rafael Bessa Yamamura, Rafael Valle Vernaschi, Representando a Segunda Subdefensoria Pública-Geral, Luciana Jordão da Motta Armiliatto de Carvalho e Representando a Apadep, Bruno Diaz Napolitano. Ausente justificadamente a Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Presidente iniciou a sessão às 09h45min, encaminhando para aprovação a ata da 346ª Sessão Ordinária, no qual foi aprovada por unanimidade. Justificou a ausência da Defensora Geral em razão de compromissos institucionais no Palácio dos Bandeirantes. Comunicou que, nesta semana, foi aprovado o regime de urgência do projeto remuneratório dos Servidores, havendo a perspectiva de que, na próxima semana haja a aprovação do mesmo regime ao projeto remuneratório dos Defensores. Chamou a atenção com relação ao projeto de lei dos Defensores sobre algumas emendas propostas pelo Partido dos Trabalhadores, visando alterar a Lei Complementar 988/06, e mostrou preocupação de que as emendas não retardem a celeridade esperada na tramitação dos projetos. Apontou que a Defensoria Geral, assim como as Associações de Defensores e Servidores, acompanham atentamente as manifestações na Assembléia Legislativa, mantendo o Conselho Superior informado quando houver novidades. Noticiou que, no ultimo final de semana do mês de setembro, foi realizada a última Pré-Conferência, encerrando o primeiro momento do Ciclo, registrando que a Conferência Estadual está agendada para os dias 06 e 07 de dezembro, na Capital. Relatou que haverá a antecipação das discussões da metodologia do evento, através da apresentação aos Delegados eleitos, em reunião por videoconferência. Agradeceu o esforço de todos Defensores envolvidos no Ciclo de Pré-Conferências, registrando a participação da Ouvidoria-Geral, dos Núcleos Especializados e dos Servidores que trabalharam na logística para que os eventos ocorressem da melhor forma possível. Mencionou que os relatórios estão sendo consolidados para posterior divulgação. Abordou que a Comissão Organizadora apresentará uma proposta de alteração das Deliberações CSDP nº 36/07 e CSDP nº 049/07, envolvendo questões pontuais que merecem atualização, sendo remetidas ao Conselho após o encerramento da Conferência Estadual. Noticiou, com satisfação, que o Defensor Bruno Miragaia será homenageado pelo Presidente da Câmara Municipal do Estado, Vereador José Américo, com a entrega do título de Cidadão Paulistano, no próximo dia 18 de outubro de 2013, às dezenove horas, no Palácio Anchieta. Relatou que, durante o encontro entre a Defensora Geral e o Vereador José Américo, o parlamentar teceu elogios à atuação do Defensor Bruno Miragaia, em prol da manutenção de comerciantes de rua regularizados que trabalham na Capital. Por fim, enalteceu a atuação do Defensor que recebe essa honraria, reafirmando que junto com o reconhecimento do trabalho do colega a instituição está sendo valorizada e ganhando espaço. Por fim, acompanharam as parabenizações todos os Conselheiros. A Conselheira Marcia Garutti lembrou que o Defensor Bruno Miragaia é o segundo Defensor Público agraciado com essa honraria, destacando que o Defensor Carlos Loureiro também foi agraciado com a Medalha Anchieta em 2011. Não havendo mais comunicações da Presidência, passaram-se as comunicações da Secretaria. Informou que todas as providências da sessão passada foram adotadas, no qual a Secretaria do Conselho Superior expediu ofício para a Coordenação Geral de Administração, Corregedoria Geral, Núcleo Especializado de Discriminação para cumprimento das diligências, relativos aos processos CSDP 112/13, 236/13 e 246/13, respectivamente. Informou que, na última sessão, foi protocolado um documento pelo Movimento e ativistas que integram a Frente Contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto, no qual foi remetido à Chefia de Gabinete para conhecimento e providências pertinentes. Informou que, na última terça-feira, a Secretaria do Conselho Superior recebeu a nota de esclarecimento do Movimento de Mulheres na participação do momento aberto em 30/08, no qual

repliou por e-mail institucional aos Conselheiros para conhecimento. Por fim, encaminhou para conhecimento, o parecer da Defensora Pública em resposta a participação naquela data, e após, dando ciência aos interessados. Não havendo mais comunicações, bem como inscritos ao momento aberto, passaram-se as manifestações dos Conselheiros sobre assuntos diversos. Com relação aos projetos remuneratórios em tramite na Assembléia Legislativa, o Conselheiro Bruno Miragaia indagou sobre o que se trata as emendas apresentadas pelo Deputado Campos Machado. O Presidente esclareceu que a proposta pouco interfere no teor do projeto, sendo uma proposta secundária, mas considerou que as emendas trazem preocupação com relação ao retardamento da aprovação dos projetos. O Representante da Apadep, Bruno Napolitano informou que, nesta semana, a entidade de classe se debruçou intensamente na Assembléia Legislativa, juntamente com a Associação de Servidores e a Defensoria Geral, a fim de articularem com os Deputados. Afirmou que o trabalho de articulação continuará, principalmente para que na próxima terça-feira o Colégio de Líderes não modifiquem as deliberações. Por fim, saudou os Defensores e Servidores pelo engajamento nos Ciclos de Conferências, destacando que houve a participação proficua dos Defensores das Unidades e dos Núcleos, bem como os Diretores da entidade de classe. O Conselheiro Luciano Caserta informou ter recebido um comunicado do Tribunal de Justiça do Estado notificando que os feitos originários na sessão criminal serão feitos exclusivamente por peticionamento eletrônico, e mostrou preocupação em decorrência da digitalização ser obrigatória a partir da data vinte e três de outubro do corrente ano. Relatou que no momento de seu cadastramento avaliou a ferramenta sendo dificultosa, e sugeriu que os Defensores realizassem o acesso o quanto antes, especialmente no que tange a manipulação de habeas corpus. O Presidente esclareceu que o Coordenador de Tecnologia da Informação, Defensor Luiz Bressane, empreende esforços para tentar minimizar os transtornos ocasionados pela migração de um método novo de trabalho. Apontou que foi programada uma sequência de treinamentos, inclusive por videoconferência, visando facilitar a participação de todos os Defensores da Capital e Interior. Por fim, relatou que, também, há empenho da Coordenadoria de Tecnologia da Informação para a estruturação necessária das Regionais/Unidades, especialmente a Regional Criminal, para o novo processo. O Conselheiro Luciano Caserta convidou a todos para participarem do evento sobre a redução da maioria penal, promovido pela Coordenação Regional da Edepe no Grande ABCD, que será realizado no dia 19/10, na Universidade Metodista, em São Bernardo do Campo. A Conselheira Marcia Garutti comunicou que a Corregedoria Geral promoveu a correição, pela primeira vez, na unidade de Ribeirão Preto, no qual os trabalhos transcorreram positivamente. Narrou que, durante a visita, o Juiz Diretor do Fórum da cidade dirigiu-se à Defensoria para conversar com a Corregedora Geral, demonstrando o prestígio e o reconhecimento da instituição pelo Judiciário Local. O Conselheiro Rafael Bessa enalteceu o trabalho desenvolvido pela Corregedoria Geral, e destacou a importância da correição, pontuando que a visita do Juiz Diretor somente reforça a importância da presença física da Corregedoria Geral na unidade. A Conselheira Franciane Marques indagou se existe alguma notícia sobre a implementação do Departamento Estadual de Execuções Criminais e do Departamento Estadual de Inquéritos Policiais (Supervec). A Conselheira Juliana Saad informou que a Defensoria Geral tem acompanhado o tema, e pontuou que, segundo informações do Tribunal de Justiça, há a pretensão de se elaborar um projeto piloto, provavelmente abrangendo a divisão administrativa de Campinas. Informou sobre a publicação recente de duas portarias pelo Tribunal de Justiça da Capital. Considerou que a transferência das competências se dará de forma gradual, à medida que o processo digital for implantado nas cidades que compõem a divisão administrativa. Contudo, comunicou que, na próxima semana, ocorrerá uma reunião de trabalho com o Tribunal de Justiça da Capital para tratar do tema. A Ouvidora-Geral, Luciana Zaffalon informou que há uma movimentação de diversos atores para impugnar a Lei que criou os Departamentos, e informou que ocorrerá uma reunião com o Procurador Geral da República para avaliar a eventual propositura de uma ADI. O Presidente informou ter iniciado diálogos preliminares com as Assessorias da Presidência do Tribunal de Justiça para demonstrar preocupação sobre a operacionalização e os impactos no atendimento de famílias de detentos. Reiterou sobre o agendamento de reunião com o Tribunal de Justiça da Capital para tratar do assunto, na próxima semana. Reforçou que, durante a fase piloto, haverá implantação modular a

partir da digitalização dos processos, associando as comarcas da divisão administrativa de Campinas. O Representante da Apadep, Bruno Napolitano informou que estará substituindo a presidência durante as férias do Defensor Rafael Português, no prazo de quinze dias. Comunicou que a entidade de classe disponibilizou alguns pacotes para os Defensores que possuem interesse em participar do Congresso Nacional de Defensores Públicos, e apontou a possibilidade de subsídio parcial pela Apadep para aqueles que não foram contemplados via sorteio. Informou que esteve reunido com a Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministra Carmem Lucia, para tratar viabilidade de permitir que a Defensoria tenha acesso ao cadastro de eleitores. Apontou que a Presidente concorda com o pleito, mas indicou a necessidade de instauração de processo administrativo, com a apreciação do plenário. A Conselheira Juliana Saad informou que a norma restringe o acesso aos Defensores, pois segundo o documento que lhe fora enviado, o procedimento envolve uma questão de sigilo, contudo se colocou a disposição da Apadep. Informou que a Defensoria Geral estuda algumas medidas a serem adotadas. O Representante da Apadep, Bruno Napolitano informou que, após estudar a legislação, o Tribunal Superior Eleitoral poderá autorizar autoridades públicas. O Conselheiro Rafael Bessa informou sobre a recente inauguração do Centro de Progressão Penitenciária de Jardinópolis, e mostrou preocupação com relação a processos que serão assumidos pela Comarca de Cravinhos, onde não há atuação da Defensoria Pública. Mostrou a necessidade de reflexão sobre como a instituição assumirá essa demanda. A Conselheira Juliana Saad apontou que já havia sido comunicada da inauguração pela Coordenadora da VEC de Ribeirão Preto, e informou que está buscando maneiras de sanar essa questão. A Conselheira Juliana Saad abordou que havia se comprometido em apresentar um calendário de sessões fora da sede. Pediu a compreensão dos Conselheiros, pois apresentará em breve, justificando que, em conjunto com a Coordenadoria Geral de Administração, será realizada uma análise prévia de quais novas unidades possuem condições de receber as sessões, viabilizando os Conselheiros conhecerem os novos espaços. O Conselheiro Luis Gustavo registrou a importância da atuação dos Defensores que atuam na área cível, analisando que a área fosse contemplada no processo de expansão. Informou ser integrante da Comissão estabelecida para revisão das atribuições, tema ligado ao processo de distribuição, e mostrou a importância de que o grupo fixasse um cronograma a ser apresentado ao Conselho, visando dar continuidade na discussão e deliberação dos temas. O Conselheiro Luis Gustavo informou que, nessa semana, encontrou com um Juiz da Comarca de Botucatu, no qual reforçou o pedido para que a Defensoria se instale no local. Informou que o Fórum da cidade dispõe de aproximadamente quinze salas destinadas à Defensoria Pública, e considerou o pedido importante, pois demonstra a receptividade ao trabalho da instituição. A Conselheira Marcia Garutti avaliou serem comuns as solicitações de instalação da Defensoria em locais onde a instituição ainda não atua. O Presidente sugeriu para que o magistrado enviasse um ofício com o pleito para a Defensoria Geral, a fim de ser anexado ao processo de expansão, no qual tem sido feito uma compilação de todos os pedidos, ofícios e moções solicitando a instalação de unidades da Defensoria. Informou que a Primeira Subdefensoria desenvolveu um *ranking* com prioridades de instalação, disponível no portal da instituição, e apontou que nele há uma série de indicadores relativos à população e o grau de vulnerabilidade, a fim de se estabelecer um norte para a futura abertura de unidades. Antecipou que, lamentavelmente, a instituição não terá condições de atender todas as demandas em curto prazo. O Conselheiro Luis Gustavo sugeriu a realização de tratativas com Defensorias de outros Estados para desenvolvimento de um sistema de cooperação. Informou sobre as dificuldades no peticionamento em processos de outros Estados, e considerou que uma atuação conjunta pode ser arquitetada. O Presidente afirmou que o caso está sendo articulado, no âmbito do Condege, no qual há um estudo de cooperação estratégica entre Defensorias. O Conselheiro Luis Gustavo sugeriu que houvesse a previsão de que as Defensorias remetessem cópias dos autos, possibilitando uma defesa mais alinhada. O Conselheiro Bruno Miragaia analisou que, diante da grande quantidade de imigrantes nordestinos à Capital, existe grande demanda para que ações sejam propostas naquela região. Considerou a necessidade de um sistema possível de enviar ações para outros Estados, sem que se exija dos usuários a necessidade de deslocamento. A Conselheira Marcia Garutti apontou que, enquanto não há esse acordo, as Corregedorias têm feito esse papel de encaminhar e receber as demandas de outros Estados. O Presidente informou que

quaisquer novidades serão trazidas nas próximas sessões. A Conselheira Luciana Jordão prestou esclarecimentos sobre a reforma dos edifícios da Avenida Liberdade e da Rua Boa Vista, nº 103, e informou que, após a aprovação dos alvarás pela Prefeitura, provavelmente até o final do ano poderá haver o início do processo licitatório para execução das obras nos dois prédios. O Conselheiro Rafael Vernaschi indagou sobre o andamento da locação de um prédio destinado à Regional Central, enquanto o edifício da Avenida Liberdade será reformado. A Conselheira Luciana Jordão respondeu que existe um expediente aberto para locação temporária destinada a Regional Central e dos Núcleos Especializados, e informou que juntamente com a Coordenação Regional Central estão sendo prospectados edifícios, no qual foram visitados e vistoriados, mas nenhum satisfaz os parâmetros definidos até o presente momento. Abordou que em média o processo pode demorar cerca de dez meses, isto porque o local deverá passar por adaptações para receber a Regional Central. Aproveitou o ensejo para divulgar notícias sobre o edital de chamamento de investidores para construção da nova sede da Unidade de São Vicente. Comunicou que houve a seleção de um investidor e o expediente encontra-se em fase final, aguardando a assinatura do contrato, e informou que o prazo previsto para o término da obra é de 180 (cento e oitenta) dias. Apontou que a primeira sugestão de planta de layout foi enviada para os Defensores de São Vicente para análise, prevendo um edifício de porte significativamente grande, com mais de mil metros quadrados. A Conselheira Marcia Garutti compartilhou sua impressão pessoal com relação ao pouco diálogo entre Defensores e a sociedade civil, lamentando que isso ocorra somente meses antes das Pré-Conferências. Considerou a necessidade de atenção permanente por parte dos Defensores, enfatizando que não se trata de buscar responsabilidades individuais, mas analisar a situação. O Representante da Apadep, Bruno Napolitano teceu considerações sobre a complexidade do contato direto com a sociedade civil, e ponderou que a responsabilidade não deve ficar a cargo apenas do Defensor Público, pois envolve toda a instituição. Citou o aumento da área cível, menor quantidade de Defensores nas Unidades, problemas na implementação da Deliberação CSDP nº 139/09, e a dificuldade por alguns movimentos, não organizados, sobre a instituição. Mencionou que a entidade de classe busca organizar um seminário acerca de tutela coletiva, disponibilizando a participação de pelo menos um Defensor por Unidade, mas encontrou alguns óbices administrativos. O Presidente afirmou não dispor de elementos para concordar com a impressão da Corregedora-Geral, considerando que não existem fórmulas acabadas nas instituições, mas assentou que é valor fundamental para a Defensoria Geral a necessidade da construção do diálogo permanente. Analisou a problemática como envolvendo diversas outras questões que são estratégicas e sensíveis, e mostrou receptividade caso a entidade de classe refletisse em um evento sobre o tema, viabilizando a participação dos Defensores. Mencionou que, durante a reunião com a Comissão Organizadora do Ciclo de Conferências, algumas etapas regionais são historicamente esvaziadas, apontando a necessidade de avaliação. A Conselheira Franciane Marques enalteceu a fala do Defensor Bruno Napolitano, afirmando que o tema foi abordado de uma maneira clara e didática. Relatou que na área penal existe uma parceria com a Pastoral Carcerária e algumas instituições que atuam em prol do direito de defesa, mas afirmou que encontra dificuldades de fazer a interlocução com essas entidades. Considerou que essa interlocução possa ser realizada através dos Núcleos Especializados, sem que todo esse trabalho seja centralizado na Ouvidoria-Geral. O Presidente apontou que, embora as metas oriundas das Conferências estejam concentradas nos Núcleos, avaliou ser equivocada a falsa sensação de que apenas esses órgãos devem dar satisfações à sociedade civil. A Ouvidora Geral, Luciana Zaffalon compartilhou do entendimento e preocupação da Corregedora Geral, considerando ser excelente que o contato com a sociedade seja permanente e rotineiro, mas ponderou que isso não deve depender apenas da Ouvidoria ou de Núcleos. Mostrou a importância da análise pelo Conselho Superior sobre os mecanismos postos e as oportunidades de avanços sobre o tema. O Conselheiro Rafael Vernaschi sugeriu que nos próximos editais para Concurso de Estagiários a Regional Central, tal como a Regional Criminal, tivesse as vagas disponibilizadas separadamente daquelas destinadas aos Núcleos, EDEPE e Administração, justificando que a atividade fim e a rotatividade são bastante diferenciadas. O Presidente esclareceu que, embora as atividades fossem completamente distintas, a atual divisão é realizada com base na análise geográfica. Apontou a necessidade de observar as repercussões da proposta, e sugeriu que o

Conselheiro Rafael Vernaschi encaminhasse um requerimento direcionado a Coordenadoria Geral de Administração para análise. Não havendo mais inscritos, passou-se a ordem do dia. O Presidente indagou se o Colegiado teria pedidos de inversão e exceções. Após, iniciou a pauta com o processo CSDP nº 228/13 (Excetuado a pauta). Interessados: Segunda e Terceira Subdefensorias Públicas Gerais. Assunto: Proposta de Deliberação que autoriza a realização de concurso público de provas e títulos de estagiários de direito regionalizados na Capital, Região Metropolitana da Capital e Interior. Relator: Conselheiro Rafael Valle Vernaschi. O relator informou ter recebido, nesta manhã, a lista retificada dos aprovados no certame, e proferiu o voto no sentido de homologar a lista apresentada. O Presidente encaminhou para votação, e por unanimidade, foi aprovado nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, retificar a lista final de aprovados no certame, a ser publicada oportunamente. CSDP nº 255/13. Interessado: Fernando Rodolfo Mercês Moris. Assunto: Impugnação a lista de antiguidade em face do concurso de promoção do nível II para o nível III, publicada no DOE de 26 de setembro de 2013. Relator: Conselheiro Davi Eduardo Depiné Filho. A Conselheira Luciana Jordão leu o relatório e proferiu o voto no sentido de indeferir o pleito. Declararam-se impedidos os Conselheiros Bruno Miragaia, José Moacyr, Luis Gustavo, Juliana Saad, Rafael Bessa, Rafael Vernaschi. O Presidente encaminhou para votação, e por unanimidade, foi aprovado nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, indeferir a impugnação do interessado. Impedido os Conselheiros Bruno Ricardo Miragaia Souza, José Moacyr Doretto Nascimento, Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva, Juliana Saad, Rafael Bessa Yamamura e Rafael Valle Vernaschi. CSDP nº 257/13. Interessado: Jose Moacyr Doretto Nascimento. Assunto: Impugnação a lista de antiguidade em face do concurso de promoção do nível II para o nível III, publicada no DOE de 26 de setembro de 2013. Relator: Conselheiro Davi Eduardo Depiné Filho. A Conselheira Luciana Jordão leu o relatório e proferiu o voto no sentido de indeferir em razão de julgar prejudicado, após nova lista de antiguidade publicada. Declararam-se impedidos os Conselheiros Bruno Miragaia, José Moacyr, Luis Gustavo, Juliana Saad, Rafael Bessa, Rafael Vernaschi. O Presidente encaminhou para votação, e por unanimidade, foi aprovado nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, julgar prejudicado o feito em razão da perda do objeto. Impedido os Conselheiros Bruno Ricardo Miragaia Souza, José Moacyr Doretto Nascimento, Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva, Juliana Saad, Rafael Bessa Yamamura e Rafael Valle Vernaschi. CSDP nº 258/13. Interessada: Daniela Gabriel. Assunto: Impugnação a lista de antiguidade em face do concurso de promoção do nível II para o nível III, publicada no DOE de 26 de setembro de 2013. Relator: Conselheiro Davi Eduardo Depiné Filho. A Conselheira Luciana Jordão ratificou o voto anterior, justificando ser caso idêntico. O Presidente encaminhou para votação e, por unanimidade, foi aprovado nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, julgar prejudicado o feito em razão da perda do objeto. Impedido os Conselheiros Bruno Ricardo Miragaia Souza, José Moacyr Doretto Nascimento, Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva, Juliana Saad, Rafael Bessa Yamamura e Rafael Valle Vernaschi. CSDP nº 256/13 (Excetuado a pauta). Interessado: Segunda Subdefensoria Pública Geral. Assunto: Concurso de promoção do nível II para o nível III, relativo ao ano de 2013. Relator: Conselheiro Davi Eduardo Depiné Filho. A Conselheira Luciana Jordão proferiu a leitura do relatório e narrou o voto do relator, no sentido de autoriza a publicação do edital, abrindo-se prazo para as inscrições. O Conselheiro Luciano Caserta sugeriu que fosse enviado o edital via e-mail institucional para conhecimento dos Defensores Públicos. O Presidente acolheu o pedido, e encaminhou para votação, sendo aprovado nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, autorizar o edital de abertura das inscrições ao certame, a ser publicado oportunamente. Impedido os Conselheiros Bruno Ricardo Miragaia Souza, José Moacyr Doretto Nascimento, Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva, Juliana Saad, Rafael Bessa Yamamura e Rafael Valle Vernaschi. CSDP nº 227/13. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos. Assunto: Proposta de abertura de inscrições para membros e/ou colaboradores do Núcleo Especializado. Relatora: Conselheira Marcia Regina Garutti. O Conselheiro Rafael Bessa proferiu a leitura do voto vista, indicando quatro Defensores

Públicos para comporem o Núcleo Especializado. O Presidente informou que a Secretaria do Conselho certifica o desligamento de mais um integrante do Núcleo Especializado. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, que a vaga seria preenchida de ofício, seguindo-se a ordem de suplentes. O Presidente encaminhou para votação, e por unanimidade, foi aprovado nos termos do voto vista. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto vista, indicar os Defensores Públicos Estela Waksberg Guerrini, Marcelo Dayrell Vivas, Paulo Arthur Araújo de Lima Ramos e Rafael Lessa Vieira Sá Menezes para atuarem como colaboradores do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos. Deliberou, ainda, indicar os seguintes Defensores Públicos para a lista de suplentes na seguinte ordem: Daniel Palotti Secco, Camila Paronetti Silva, Claudia Manning, Valeria Correa Silva Ferreira, Fernanda Costa Teixeira, Armando Cesar Marques Castro, Gabriela Galetti Pimenta, Samuel Friedman, Claudia Abramo Ariano, Allan Ramalho Ferreira, João Paulo Silva Santana, Luiz Otavio Contim Ferrato, Stefanie Kornreich. CSDP nº 265/13 (Excetuado a pauta). Interessada: Renata Flores Tibyriça. Assunto: Pedido de afastamento para participação como palestrante no "I encontro Estadual de Defensores Públicos em Direitos Humanos", no dia 17 de outubro de 2013. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O relator informou que a interessada não cumpriu os requisitos necessários para deferimento do pleito, e sugeriu a diligência fosse realizada durante a sessão do Conselho Superior. O Presidente determinou que a Secretaria do Conselho Superior contatasse a interessada e a Coordenadora da Unidade, a fim de que se tentasse cumprir a regulamentação prevista na Deliberação CSDP nº 27/07 no curso da sessão para viabilização da votação. Consigna-se que, após o contato telefônico, a interessada estaria em férias e a Coordenadora Regional sem equipamento de informática para formalização dos requisitos. O Conselheiro José Moacyr manifestou o pedido de conversão do processo em diligência, a fim de aguardar a manifestação da interessada e da Coordenadora Regional. O Presidente sugeriu deferir o afastamento condicionado ao cumprimento da diligência. O Colegiado firmou o entendimento de que seria necessária a regularização, antes de deferir o pedido. O Presidente determinou que a Secretaria do Conselho Superior mantivesse os Conselheiros informados da resposta, caso houvesse. Por fim, o Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, converter o julgamento do processo em diligência, nos termos da deliberação CSDP nº 027/07. CSDP nº 234/13. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (outubro de 2007 a junho de 2008). Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de converter o processo em julgamento para complemento das informações pelo antigo Coordenador, que não cumpriu as normativas da Deliberação CSDP 083/08. O Presidente encaminhou para votação, e por unanimidade, foi aprovado nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, converter o julgamento do processo em diligência, nos termos da Deliberação CSDP nº 083/08. CSDP nº 280/11. Interessada: Coordenadora da Regional de São Carlos. Assunto: Proposta de alteração da deliberação CSDP 132/09, que regulamenta a criação das regionais do interior, capital e região metropolitana. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 355/12. Interessada: Terceira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 143/09 (que fixa as atribuições dos Defensores Públicos). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 357/12. Interessada: Associação dos Servidores da Defensoria Pública. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 111/09 (institui o Regimento Interno dos Servidores Públicos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 032/13. Interessado: Luiz Eduardo de Toledo Coelho. Assunto: Proposta de edição de deliberação para disciplinar a sistemática indenizatória das atividades de especial dificuldade. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 189/13. Interessada: Danielle Rinaldi Barbosa. Assunto: Remoção por união de cônjuges (De:

Unidade Santo André / Para: Unidade Santos). Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 197/13. Interessado: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 206/10 (que regulamenta o concurso de remoção a pedido no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 215/13. Interessado: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de deliberação que organiza a política institucional de atendimento às mulheres presas visando assegurar gestação segura e o exercício da maternidade durante o período da custódia penal, bem como a garantia, com prioridade absoluta, dos direitos das crianças e dos adolescentes. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 223/13. Interessado: Fabiano Brandão Majorana. Assunto: Pedido de revisão aos atos normativos preparatórios emitidos pela Comissão Organizadora das Pré-Conferências Regionais e da Conferência Estadual do IV Ciclo de Conferências da Defensoria Pública do Estado. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 235/13. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Relatório Semestral de Atividades (fevereiro de 2013 a junho de 2013). Relatora: Conselheira Marcia Regina Garutti. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 242/13. Interessado: Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Relatório Semestral de Atividades (Outubro de 2012 a março de 2013). Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 243/13. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de Deliberação que disciplina a metodologia institucional de inspeções de monitoramento das condições materiais de aprisionamento nos estabelecimentos destinados à privação da liberdade. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 248/13. Interessado: Carlos Weis. Assunto: Pedido de afastamento para participação em Curso de Pós Graduação no Exterior, no período de outubro de 2014 a setembro de 2015. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 259/13. Interessada: Danielle Gaiotto e Edepe. Assunto: Pedido de afastamento para participação no XI Congresso Nacional de Defensores Públicos, nos dias 13 a 16 de novembro de 2013. Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. Não havendo mais processos na ordem do dia, o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão. Eu, Sarah Rocha Tininis, Secretária do Conselho Superior da Defensoria Pública, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos onze dias do mês de outubro do ano de 2013.

Renato Campos Pinto De Vitto
Presidente

Juliana Saad
Conselheira

Marcia Regina Garutti
Conselheira

Luciana Jordão da Motta A. de Carvalho
Conselheira Substituta

Bruno Ricardo Miragaia Souza
Conselheiro

Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva
Conselheiro

Luciana Zaffalon Leme Cardoso
Conselheira

Rafael Bessa Yamamura
Conselheiro

Bruno Diaz Napolitano
Representante da Apadep

Francine de Fátima Marques
Conselheira

Jose Moacyr Doretto Nascimento
Conselheiro

Luciano Alencar Negrão Caserta
Conselheiro

Rafael Valle Vernaschi
Conselheiro